

M667a

Mintz, Frank.

Autogestão e anarcossindicalismo : análise e críticas relativas à Espanha, 1931-1990 ; tradução Plínio Augusto Coêlho. – São Paulo (SP) : Intermezzo, 2016.

192 p. : il. ; 13,5 x 21 cm

Título original: Autogestion et anarcho-syndicalisme: analyse et critiques sur l'Espagne, 1931-1990

ISBN 978-85-68115-36-7

1. Anarquismo e anarquistas. 2. Espanha - História - Revolução, 1931. 3. Sindicalismo. I. Coêlho, Plínio Augusto. II. Título.

CDD-335.4

Instituto de Estudos Libertários - IEL
Rio de Janeiro - RJ

Centro de Cultura Social - CCS
Rua General Jardim, 253 - sala 22 - Vila Buarque
01223-011 São Paulo - SP

Intermezzo Editorial
(A. M. Perez Dantas-Editora-ME)
Rua Espártaco, 456 - Vila Romana
Tel. 11-3864-3242
05045-000 São Paulo - SP
intermezzo.editorial@gmail.com

Outubro de 2016

AUTOGESTÃO E ANARCOSSINDICALISMO

ANÁLISE E CRÍTICAS
RELATIVAS À ESPANHA, 1931-1990

Frank Mintz

Tradução

Plínio Augusto Coêlho

ISEL

Instituto de Estudos Libertários

Intermezzo

Editorial

CCS

Centro de Cultura Social

⁷ *Solidaridad Obrera* (SO), 14 de julho de 1936, p. 1.

⁸ SO, 15 de julho de 1936, p. 1.

⁹ SO, 16 de julho de 1936, p. 1, título.

¹⁰ SO, 17 de julho de 1936, p. 1, título.

¹¹ SO, 17 de julho de 1936.

¹² Reproduzido por Peirats, *op. cit.*, tomo I; tradução de *Noir et Rouge*, n. 41, 1969, p. 16; nesta última revista, precisado que o autor do manifesto era o secretário nacional da C.N.T., Horacio Prieto. É interessante comparar essa visão com aquela de Pestaña, chefe do partido sindicalista: "Pergunta: a ameaça de direita — golpe de Estado, por exemplo — é séria? Pestaña: não! O momento propício é passado. O período de desordem — muito inquietante em certas épocas — terminou para as direitas. A depuração do exército e dos aparelhos do Estado retirar-lhes-á toda possibilidade de agir. Sua atual forma de atividade, atentados e gestos terroristas, provam sua fraqueza." (Entrevista de 8 de maio de 1936, publicada por *La Révolution Proletarienne*, 10 de junho de 1936, p. 224).



Organização nacional da autogestão

A C.N.T.-F.A.I. havia previsto uma aplicação imediata de seu programa econômico e social. Malgrado a mudança de orientação das altas esferas, a base permaneceu fiel ao critério anarquista:

Cremos que um projeto de coletivização deve conter um sentimento totalitário em seu programa, todavia, em sua execução, ele deve seguir um processo de escalonamentos para realizar por etapas uma solução de continuidade.¹

Infelizmente, os esforços locais não puderam ser coordenados senão a partir de janeiro de 1937, e isso bem depois que os dirigentes da C.N.T.-F.A.I. colocaram os militantes ante o fato consumado da colaboração, isto é, oferecer a economia à burguesia republicana, em troca de uma pseudoeficácia.

Os organismos nacionais formaram-se tarde, como em junho de 1937 para a agricultura, e só em janeiro de 1938 um congresso econômico ampliado colocou os problemas da nova economia:

Esse ano e meio de atraso teve consequências fatais para uma das mais belas experiências da história revolucionária.²

Qual foi a base econômica da autogestão? Muito ruim no conjunto, pois o país já conhecia um desemprego muito importante. Não parece que os governos de Madri e Barcelona tenham dado muita atenção a isso. A conscrição militar resolveu o problema, ao colocar um problema de mão de obra deficitária em certas indústrias, em particular aquelas ligadas aos arma-

mentos. Com efeito, a separação da Espanha em duas zonas destruiu a rede de troca tradicional. Com os bombardeios, a energia elétrica foi reservada às usinas de guerra. As citações a seguir fazem-se o eco desses problemas imperativos:

Os três quintos dos mercados internos estão nas mãos dos facciosos [...]. Os quase dois terços de nossos trabalhadores [na Catalunha] vivem de um regime de subsídios mais ou menos oficial. (1936)

[Na Catalunha] há uma quantidade extraordinária de empresas coletivizadas e privadas nas quais os operários passam a maior parte do dia sem fazer nada. (1937)

[Pleno da indústria têxtil da Espanha] "O delegado catalão: Não é possível evitar a catástrofe por causa da falta de eletricidade, de corantes e lãs. Mas definindo o problema, ele afirma que a verdade é que é preciso dirigir-se ao governo. Não temos trabalho. O governo não tem divisas, e se as tem, é para o material de guerra. Eis a realidade incontestável. (1938)

Além da luta militar e dos antagonismos políticos, a auto-gestão chocou-se de imediato a certos abusos, rapidamente excitados e criados sem dúvida alguma pelo P.C. Vários escritos na imprensa confederal permitem seguir essa realidade:

Seja por causa da falta de gêneros alimentícios, seja por causa do espírito egoísta dos comerciantes, o preço dos artigos de consumo corrente aumentou notavelmente desde o princípio da luta contra o fascismo.³

O preço escandaloso dos produtos.⁴

O artigo de Agustín Souchy, *Problemas económicos de la revolución*⁵, pode servir-nos de síntese; eis aqui suas grandes linhas:

Há fenômenos que nos lembram a desorganização capitalista e que são os seguintes: [...] 1. Os camponeses e as coletividades agrárias não recebem por sua produção mais do que recebiam antes de 18 de julho de 1936 [...]. Os preços dos produtos industriais sobem a uma velocidade vertiginosa. 2. As diferenças injustificadas entre as rendas dos trabalhadores. As empresas coletivizadas pagam 120, no máximo 140 pesetas por semana, e as coletividades rurais 70 em média. Os operários da indústria de guerra recebem 200, e até mais, por semana. Não seria surpreendente se as coletividades perdessem seu poder de atração sobre os trabalhadores. 3. Muitas mercadorias não podem ser obtidas no comércio público [...]. Nossa economia, além disso, não é tão homogênea e completa quanto a economia russa⁶, porque nossas coletividades, nossas cooperativas etc., nas cidades e nos campos, englobam apenas a metade da economia do país. Uma parte considerável ainda está nas mãos da pequena burguesia. É evidente que sua situação, em muitos casos, não é melhor hoje do que aquela dos trabalhadores; mas seu conjunto comercial escapa ao controle das organizações proletárias. O cartaz “controlado pela U.G.T. e pela C.N.T.” é na maioria dos casos mais fictício do que efetivo.

Malgrado certo exagero no final, o juízo de Souchy é exato e as contradições econômicas que ele denuncia são o resultado lógico dos contínuos recuos.

Um problema vital foi aquele dos salários. A Primeira Internacional já conhecera esse debate entre os coletivistas e os comunistas, sendo estes últimos partidários da fórmula “a cada um segundo suas necessidades” para evitar radicalmente a desigualdade econômica que ressurgiria com o coletivismo, fundado em “a cada um segundo seu trabalho”.

Kropotkin explicou muito claramente a posição de Bakunin em *A Conquista do Pão* ao denunciar Marx como partidário

da hierarquia dos salários (em *Crítica do Programa de Gotha*). Com os salários da autogestão na Espanha, o debate marxismo-anarquismo voltou à cena. Os anarquistas defendiam em parte a posição de Kropotkin, ao abolir o dinheiro em muitas aldeias de Aragão. Todavia, de fato, eles defendiam a manutenção do salário retirando-lhe seu caráter de estímulo e diferenciação entre os trabalhadores,

pois não se deve buscar incitar os trabalhadores na produção pelo sistema de uma retribuição mais forte segundo o tipo de trabalho a ser feito; há outros meios para obter do produtor um rendimento normal, segundo suas forças e suas capacidades, totalmente separadas de necessidades do tipo de organização em hierarquias de remuneração da escala dos salários. E dizemos tipo, pois no caso da especialização que se generaliza cada vez mais, a quase totalidade dos operários teria o direito de exigir tais remunerações.⁷

É segundo essa concepção kropotkiniana que pertencem as tentativas de salário único em várias empresas de Barcelona, tentativas que não convenceram todos os cenetistas, como podemos deduzir do relatório do congresso da Federação regional catalã, em fevereiro-março de 1937:

Alguns não podem abandonar seus preconceitos e não podem aceitar que um arquiteto e um pedreiro possam ganhar tanto quanto um camponês. Enquanto não abandonarmos essas ideias egoístas, não teremos feito, em definitivo, nada de prático.

Ao lado de casos extremos de antiburocratismo,

os membros do conselho administrativo recebem toda quinzena 22 pesetas a menos do que os outros coletivistas,

de anti-hierarquização,

Badalona pede que a categoria dos operários sem especialização seja abolida. Isso não é levado em consideração (janeiro de 1937),

uma aplicação generalizada do salário familiar ocorreu:

O salário justo é o salário familiar, porque é a maneira de chegar à justiça. O salário familiar será sempre um benefício para todos aqueles que estão verdadeiramente necessitados. (Janeiro de 1937)

O milagre tão esperado e compreendido por todos, o salário familiar. (Outubro de 1937)

A grande crítica contra esse sistema — de um ponto de vista anarquista — é que as mulheres quase nunca foram consideradas iguais aos homens, a despeito de algumas censuras de *Mujeres Libres* (ver o livro editado por Mary Nash). Os comunistas protestavam igualmente em vão. Em quase nenhum coletivo da C.N.T. ou da U.G.T. encontramos igualdade de salários. De todo modo, até mesmo essa medida teria sido injusta, pois a jornada de trabalho da mulher compreende também as tarefas do lar. Até ao presente, nenhum país ultrapassou esse nível.

A oposição mais forte veio de certos trabalhadores da C.N.T., seja por razões teóricas, seja por causa da pressão do nível de vida. Assim, em Paret del Vallés (Barcelona), dois operários agrícolas da C.N.T. abandonaram a organização e a coletividade para aderir à U.G.T. porque eles não queriam trabalhar por seis pesetas por dia. Em Carabaña (Madri), a coletividade aumentou o salário até quinze pesetas, enquanto nas outras o salário era seis ou oito; após intervenção da Federação regional, foi reduzido a dez para evitar um desequilíbrio.

Mas o problema mais grave foi aquele dos técnicos: formou-se um duplo movimento. De um lado, houve certo ressentimento dos trabalhadores manuais, que se manifestou sob a forma de censuras contra os técnicos por causa dos elevados salários que eles recebiam antes de 19 de julho e, por consequência, a recusa de novos aumentos:

Um outro delegado da Catalunha lamenta que, uma vez mais, — houve muitas — os técnicos vão ser mais atingidos do que todos os outros, pois desde 19 de julho de 1936 eles são os únicos dos quais se reduziu o salário.

Por outro lado, tendo em vista a política da U.G.T. de aumento dos salários, havia “uma manobra para incitá-los a partir e abandonar os trabalhadores manuais”.

Uma solução mista foi adotada nas ferrovias da Catalunha:

- a. remuneração única de 5.000 pesetas anuais;
- b. para preservar um interesse para o pessoal técnico, ele receberá um suplemento de 2.000 pesetas anuais.

A.C.N.T. seguiu e justificou essa tendência durante o congresso econômico ampliado de janeiro de 1938 em Valência:

Reconhecendo as necessidades complementares entre as diferentes categorias profissionais, propomos igualmente reconhecê-las na circunstância⁸, mas no futuro dever-se-á tender a eliminar as diferenças de remuneração entre os trabalhadores. Assim, após essas considerações elementares, propomos ao pleno: [...]

- Categoria de base: Servente X.
- Primeira categoria superior: Operário: 20% de aumento.

- Segunda categoria superior: Operário especializado: 40% de aumento.
- Terceira categoria superior: Técnico auxiliar: 70% de aumento.
- Quarta categoria superior: Técnico diretor: 100% de aumento.

Essa decisão foi superada na realidade. Na construção civil, em Barcelona, a escala dos salários era em março de 1938: servente, 150 pesetas por semana; operário qualificado, 180 pesetas (20% de aumento); desenhista, 675 pesetas (350%); chefe de canteiro de obras, assistente de chefe, 900 pesetas (500%); arquiteto, engenheiro, 1.500 pesetas (900%).

Observamos a mesma tendência na autogestão agrícola.

Se o salário diário no Levante oscilava entre 1,50 e 4 pesetas em abril de 1937 (o que dá um salário mensal máximo de 39 e 104 pesetas), os membros do comitê regional da F.A.I. recebiam 400 (925 e 284% de aumento).

Como elemento de comparação, em um congresso da F.E.T.T.-U.G.T. de fevereiro de 1938, em Alicante, os secretários recebiam 750 pesetas; tendo em vista que o salário diário devia ser então de 6 a 8 pesetas, teríamos por mês 156 e 2018 pesetas, o que resultava em 380% e 260% de aumento para a hierarquia.

É justo observar que, no Centro, a Federação camponesa não alcança essas porcentagens visto que o secretário-geral recebia 560 pesetas, contra 933 para um agrônomo em fevereiro de 1939.

A U.G.T. não podia ter as mesmas contradições que a C.N.T. pois o marxismo aceita o escalonamento dos salários. Assim, na Catalunha, antes de seu terceiro congresso, a U.G.T. escrevia:

O congresso deve pronunciar-se categoricamente contra o salário único e contra o salário denominado familiar,

porque ele considera-os antieconômicos e em contradição absoluta com as necessidades da vida cotidiana dos trabalhadores. (Setembro de 1937)

O atraso tático dessa orientação — ausente em 1936 — é característico. Uma crítica ainda mais clara:

O salário único retira o estímulo da especialização dos operários visto que eles não veem compensação. Em Lérida, temos o exemplo da construção civil. A coletividade estabeleceu o salário igualitário entre todos os trabalhadores, mas ao final de alguns dias os operários qualificados não queriam mais fazer seu trabalho específico. [O salário familiar] não nega apenas a recompensa e a remuneração do operário mais bem formado e a possibilidade de especializar-se, mas aqueles que não têm cultura média só se preocupariam em ter um grande número de filhos para ganhar mais, sem se ocupar das consequências que isso poderia ter, não só para a sua família, mas para a economia em geral. (Agosto de 1937)

Se a crítica da falta de estímulo é compreensível, curiosa é a apreciação relativa aos operários de cultura média que se colocariam a multiplicar seus filhos para ter mais dinheiro, porque ela supõe um primitivismo mental totalmente separado da consciência política que havia possibilitado julho de 1936 e a apropriação dos meios de produção por parte de operários, mesmo e sobretudo daqueles de cultura média.

Os filiados à U.G.T. foram sem dúvida assaz opostos a essa propaganda, pois em uma brochura do primeiro congresso da Federació Sidero-metalúrgica de Catalunya, de 1938, o mesmo tema era retomado. Explicava-se como melhorar a produção, com os prêmios de início, em seguida:

por outros meios de estímulo como os campeonatos, as apostas de emulação, as brigadas de choque, as progressões, a promoção a postos de maior responsabilidade, melhoria de remuneração, menções na imprensa, autorizações, viagens etc.

É a descrição banal do arsenal do marxismo-leninismo, aperfeiçoado por Stálin:

Não se pode tolerar que um operário de laminação ganhe tanto quanto um varredor. Não se pode tolerar que um condutor de locomotiva receba o mesmo salário de um copista. Marx e Lênin dizem que a diferença entre o trabalho qualificado e não qualificado persistirá ainda no sistema socialista, e mesmo após supressão das classes, e que só com o comunismo essa diferença deverá desaparecer. Eis por que, mesmo sob o socialismo, o salário deve ser segundo o trabalho fornecido e não segundo as necessidades.⁹

A existência da autogestão espanhola, isto é, da maturidade dos trabalhadores, desmente a necessidade de um controle, de estímulos tão estritos, sobretudo quando constatamos que, para quase cada decisão econômica e política, os dirigentes, tanto anarquistas como marxistas, cometeram erros grosseiros e incompreensíveis.

O verdadeiro problema não é o estímulo, é o poder do trabalhador. Se a base controla, ela sabe então se sacrificar. Se não tem o poder, a base não admite ser sacrificada. Assim, ela passa à insurreição quando não pode mais, como em Berlim oriental, Polônia, Hungria etc. À propaganda leninista do Leste, de Cuba e da Ásia, pode-se responder com Nelson P. Valdès:

A baixa produtividade, o absentismo no trabalho e o que se denomina indisciplina não são o resultado da cons-

ciência insuficiente dos homens e das mulheres que trabalham todo dia, mas a consequência direta de um governo revolucionário que distribuiu benefícios sociais, mas não distribuiu o poder. Visto que os trabalhadores não tomam decisão, eles não se sentem responsáveis. Assim como antes, eles recebem ordens de cima e vendem seu trabalho àqueles que controlam os meios de produção.¹⁰

O movimento libertário buscou muito cedo definir sua posição sobre um plano global de economia privada e autogestionária.

As organizações operárias, em particular a C.N.T. e o movimento anarquista, devem preparar-se para realizar toda uma obra de reconstrução econômica, que deverá ir da coletivização à socialização das terras, das minas e das indústrias.¹¹

Peiró define melhor essa concepção:

Se a socialização é operada pelo Estado, então, nesse caso, é só uma nacionalização; se são os sindicatos que procedem à nacionalização da riqueza, isto é, de suas fontes de criação, indubitavelmente é uma socialização. A diferença, em todo caso, consiste em que seja o Estado ou os sindicatos que o façam, o único problema é que os sindicatos estejam em medida de fazê-lo [...]. Os sindicatos estão prontos para essa grande ação socialista? [...] Digo resolutamente que não. E eles não estão porque a economia das indústrias, estreitamente ligada àquela da agricultura, é um todo em toda a extensão da Espanha. Temos uma boa prova disso nos fenômenos econômicos que a guerra produz desarticulando a economia do país [...]; eles devem-se, mais do que à guerra, ao fato de que a metade da Espanha é economicamente iso-

lada da outra metade. [...] As federações nacionais de indústria, concebidas e tão amiúde aplicadas nos meios confederais, foram adotadas pela U.G.T., o que quer dizer que, admitindo que essa central chegue a separar-se do Partido Socialista Operário Espanhol, os sindicatos ugetistas, se eles desejam a socialização à margem do Estado, serão mais bem situados para conduzir a bom termo essa obra de transformação. [...] Quando falamos de socializar, só algumas indústrias locais podem escapar da necessidade de fazê-lo nacionalmente. Para isso, é preciso pensar antes nos órgãos adequados à socialização: as federações nacionais de indústria sem ir mais à frente na economia.¹²

Até esse período, a C.N.T. fundava-se sobre os sindicatos únicos por ramo, o que não englobava todas as atividades econômicas: por exemplo, o ramo do transporte, que era mais uma atividade solidária das diferentes indústrias que servia, subsistia como um corpo sindical autônomo.

Com a preparação das federações de indústria, houve problemas de rivalidades, querelas mais ou menos profundas entre diferentes corporações:

Eu já disse que, quando estruturamos os sindicatos únicos, nós nos chocamos à mesma coisa. Cada um defendia sua pequena capela, poder-se-ia dizer. Agora, as dificuldades surgem com a estruturação dos sindicatos de indústria. (Março de 1937)

Mas o problema mais profundo e mais inquietante foi aquele do desvio da economia unicamente no nível da empresa:

Numerosas são as empresas coletivizadas que tiveram como preocupação primordial aumentar os salários e, inclusive, reduzir a jornada de trabalho, recebendo salários cor-

respondendo a jornadas sem trabalho. Agiam como se a luta contra a empresa burguesa continuasse.¹³

A reação veio da própria base:

Nós, membros do sindicato da madeira [de Barcelona], com um vasto senso de responsabilidade, dando-nos conta do momento, quisemos não seguir apenas a marcha da revolução; nós quisemos canalizá-la levando em conta nossa economia, a economia do povo. Por isso nós acolhemos todos os pequenos proprietários, os patrões insolventes, sem meios de vida, encarregamo-nos das oficinas microscópicas, compostas de um número insignificante de operários, sem perguntar-lhes a qual central sindical eles pertenciam, vendo neles só operários que estavam inativos e lesavam a economia. [...] Montamos oficinas confederais de duzentos trabalhadores e até mais, como jamais haviam existido em Barcelona e pouquíssimo no restante da Espanha. [...] Aceitamos a coletivização de todas as indústrias, mas com um único caixa, e obtendo a repartição equitativa. O que não aceitamos é que existam coletividades pobres e outras ricas. (Dezembro de 1936)

Encontramos o mesmo ardor na *concentração* das oficinas e dos centros de trabalho (das ferrovias aos cabeleiros de Barcelona), nas cidades e nos campos (uso de máquinas, criação ou extensão da irrigação, exportação unificada das frutas cítricas), na *solidariedade* e no *apoio mútuo* no interior de uma federação e entre as federações (o conselho de Aragão, sobretudo) e na *coordenação* para resolver os conflitos e unir os esforços.

De um ponto de vista global, não sabemos por enquanto qual tendência — o egoísmo ou a solidariedade — foi a mais importante. Os anarquistas são às vezes muito severos, e apresentamos o que segue como um testemunho, não como uma verdade:

Em Barcelona e em quase em todas as cidades da Catalunha, cada fábrica trabalha e vende seus produtos por sua própria conta: cada uma busca clientes e está em concorrência com as fábricas rivais. Um neocapitalismo operário nasceu. A fábrica que havia encontrado nas lojas do capitalista ou do patrão mobilizado ou assimilado como técnico pelo comitê de gestão, abundantes matérias-primas, produziu a pleno rendimento. Outras, menos felizes, diminuem sua produção e o padrão de vida dos trabalhadores. Outras, enfim, devem fechar, e o governo catalão paga os trabalhadores para não fazer nada.

No comércio, esse mesmo neocapitalismo aparece em menor escala. Os comitês nascem em todos os comércios, em todas as casas. O ex-proprietário, inclusive, faz parte deles. E empregados e proprietários reunidos põem-se de acordo para explorar o cliente.

O comitê aparece, pois, com todos os seus defeitos que não devemos esconder. Todavia, nesse primeiro período, é, contudo, a única manifestação de continuidade da vida, visto que os patrões, de um lado, os sindicatos, do outro, nada empreendem. E a vida não pode deter-se. [...]

Conhecemos casos, em Barcelona, nos quais os representantes do sindicato que tentava compreender esses comitês de fábrica deficitários — e que não deviam sê-lo — foram recebidos de armas em punho. Em outros casos em que a intervenção era justificada por um excedente de benefícios que teria podido ser utilizado para ajudar empresas involuntariamente deficitárias, ocorreu a mesma coisa. [...]

A grande lição dessa experiência, que se estende em três anos, é que no conjunto (admitindo, entretanto, que houve casos de exceção dos quais não tivemos conhecimento) os comitês nascidos da revolução [...] tiveram, portanto, resultados absolutamente negativos que conduziram a economia à ruína e davam origem a novas formas de egoísmo e

exploração. No que concerne aos sindicatos, quando eles usaram socializar, em Madri, no Levante ou na Catalunha, constatamos sucessos satisfatórios na economia, na liberdade, na justiça.¹⁴

É evidente que esse juízo está impregnado de anarcossindicalismo oposto aos comitês *sem etiquetas* e porta em si o germe do desvio marxista ou autoritário que consiste em crer que a massa engana-se sempre se ela não é dirigida pelo comitê de tal ou qual grupo. Foi o que aconteceu com a C.N.T. em nível das coletividades — que se defenderam como veremos — e em nível dos militantes (ver em conclusão a opinião de Pouget).

A caderneta de operário ou caderneta profissional é um sistema de controle da capacidade, da moral e dos locais onde a pessoa trabalhou. Sua criação parece corresponder ao Segundo Império francês, e sua aplicação foi policial até a sua abolição em 1890. Todavia, a partir dos anos trinta, os fascistas italianos e alemães aplicaram novamente esse sistema. M. R. Vázquez julgava-o do seguinte modo:

A caderneta profissional facilita o controle pelo Estado de todos os operários e dá-lhe um arquivo abundante para dele fazer uso no momento oportuno eliminando do estado social aqueles que o incomodarem.¹⁵

Subitamente, no início de 1937, as duas centrais U.G.T. e C.N.T. começaram a decidir-se pelo uso da caderneta profissional. Houve de início a carteira de identidade confederal com

a indústria onde ele trabalha, local de nascimento, data em que começou a trabalhar na indústria mencionada.

Em seguida, Madri e Barcelona impuseram o certificado de trabalho a todos os cidadãos. E, em fins de 1937, uma propa-

ganda começou na C.N.T. em favor de um certificado de trabalho confederal, com o *slogan* e o pretexto que:

Nenhum autêntico trabalhador pode incomodar-se com a exigência de solicitar-lhes as informações necessárias para verificar sua adesão à causa do povo.

Lênin escrevera quase a mesma coisa:

Cada operário tem uma caderneta de trabalho. Ele não é humilhado por esse documento, ainda que hoje, sem sombra de dúvida, seja um documento que demonstra a escravidão salarial capitalista.¹⁶

Isso se coadunava com a sua teoria do sindicato único e obrigatório, o que explica a aplicação da caderneta profissional em todos os países que reivindicam o marxismo.

O último passo foi feito durante o congresso econômico ampliado de 1938 em Valência: em caso de demissões sucessivas — das fábricas confederais! —,

os antecedentes [do operário] serão registrados sobre as cadernetas de trabalho e sindical, deixando ao bel-prazer do sindicato afetado as sanções de suspensão temporária de trabalho que deverá ser-lhe imposto, medida que só se propõe como último recurso.

Tantas criações de federações de indústria e tantos controles de militantes cenetistas por seus dirigentes foram levados a cabo sem que alguém controlasse estes últimos, e que eles preveem sê-lo. A U.G.T., mais do que a polêmicas por parte da C.N.T. ou da F.A.I., estava envolvida numa cisão (o que já era o caso no P.S.O.E. entre Caballero e Prieto) entre o ramo caballerista e coletivista, e o ramo comunista em favor da indústria privada.

A comissão executiva da U.G.T. decretava, contudo,

que era preciso adotar medidas enérgicas contra os sindicatos que não fazem o que foi decidido pelo governo. (Outubro de 1938)

De seu lado, M. R. Vázquez — crítico, depois fanático pela caderneta de trabalho — anunciava às federações regionais

a militarização da eletricidade e a restituição das companhias ao estrangeiro. (Maio de 1938)

M. R. Vázquez adotava decisões arbitrárias:

Na Espanha, havia duas potências econômicas: a dos judeus e aquela dos jesuítas. A dos judeus consistia quase inteiramente em capitais estrangeiros. A dos jesuítas aparecia na maioria dos casos como capital nacional.

Reencontramos a velha identificação judeu-capitalista, visível em Proudhon e Reclus, mas já denunciada em 1900 pelo grupo dos estudantes internacionalistas de Pierrot, Goldsmith etc. Além disso, os capitais estrangeiros na Espanha não eram forçosamente sinônimos de presença judia, e tal pensamento respondia em todos os pontos de vista às palavras de ordem fascistas. Além do mais, a generalização era absurda tendo em vista que a mulher de Kropotkin era judia, que muitos judeus formavam grupos anarquistas nos Estados Unidos, que existiam judeus também nas guerrilhas de Makhno... O erro pessoal tornou-se um erro coletivo quando M. R. Vázquez rejeitou em nome da C.N.T. possibilidades de atrair os judeus:

É necessário precisar que não podemos fazer concessões nem trabalhar para violar o antigo edito que determina a

expulsão dos judeus da Espanha¹⁷ e abrir as portas a todos os judeus que quiserem vir estabelecer-se aqui. Não é possível, porque seria, sem dúvida, uma das decisões mais antirrevolucionárias que poderíamos adotar. Sabemos perfeitamente que, de imediato, um capitalismo de enorme importância estabelecer-se-ia aqui, ressuscitando por isso mesmo os velhos sistemas de exploração [...]. À margem dessa questão de princípio, pode-se fazer todo o trabalho de captação, propaganda e divulgação que se quiser nos meios sefarditas, ao mesmo tempo admitindo que nenhum judeu é fascista. (Maio de 1938) (Arquivos de Salamanca)

Certo número de sefarditas havia retornado à Espanha durante a Segunda República, e alguns lutaram com os republicanos e a C.N.T., como Alkalay da Bulgária. Constatamos os efeitos perversos dos dirigentes quando ninguém os controla.

A autogestão organizada na base formou-se espontaneamente, ou, mais exatamente, logo aplicou a propaganda anarcossindicalista e anarquista, isto é, três orientações: as estatísticas (para dominar a economia), as novas técnicas (para reestruturar a economia) e a cultura (para ter uma nova visão do mundo).

Cullera diz que é preciso criar uma comissão de estatísticas que deve ser dividida em grupos, que serão reunidos segundo federações comunais, provinciais e regionais. (Setembro de 1936)

Tratava-se, nem mais nem menos, da ideia do relatório relativo às estatísticas no congresso de abril de 1872 em Saragoça, tal como o cita Anselmo Lorenzo em *El Proletariado Militante*.

A essa evidência, o comitê nacional respondeu pela indiferença, e quando ele mudou de ideia, a separação estava demasiado forte.

As novas técnicas consistiram de início em transformar a indústria de produção dos bens de consumo em indústria de guerra, o que não se fez apenas na Catalunha, mas também em Madri (o periódico *Ferrobellum* do P.C. descreve-a em parte), no Levante e em Andaluzia. Ao mesmo tempo, a indústria do transporte estava concentrada, a exportação das frutas cítricas unificada e inúmeras indústrias seguiam essa evolução.

Várias técnicas totalmente desconhecidas na Espanha foram aplicadas, como nos automóveis, “o gás a alta pressão em garrafas transportáveis”. A indústria de guerra em particular beneficiou-se de importantes inovações.

A obra cultural é inseparável da guerra na medida em que é por causa da autogestão e do combate contra o capital que ela pôde ser realizada. Assim, no espírito do coletivista, havia um único e mesmo nível: autogerir o vilarejo ou uma empresa, engajar-se nas milícias, criar uma escola de tipo Ferrer, dar explicações anticoncepcionais.

Castelseras assinala que uma das primeiras coisas que foram levadas em consideração nesse vilarejo foi a colocação em funcionamento das escolas, tendo em vista que as crianças de hoje, que serão os homens de amanhã, devem ser orientadas e educadas como deve sê-lo. (Aragão, setembro de 1936)

[...] Adaptar a escola à criança e não o contrário, como foi feito até ao presente [...]. Nossa escola não precisa fazer proselitismo para tal ou qual doutrina ou credo; basta-lhe fazer homens nas condições indicadas e com um forte sentimento de liberdade, pois estamos seguros de que, assim, eles estarão necessariamente ao nosso lado e ingressarão em nossas fileiras. (Astúrias, maio de 1937)

O trabalho da Escola nova, no Centro e na Catalunha — C.E.N.U. — ainda está por ser feito, bem como a luta contra a

prostituição é a obra de *Mujeres Libres*. Mas observamos a repugnância em impor a mesma limitação mental da qual se acusa os autoritários capitalistas e marxistas. Às vezes, caiu-se no puritanismo, como Erhenburg e Kaminski fizeram-se o eco irônico disso, mas eles esqueciam de que

o elemento mais importante do movimento anarquista foi a terrível dignidade que ele deu ao homem. O anarquismo chegou a crer completamente no homem — não quis ajudar, mas fazer. Um exemplo. Havia as senhoras que ajudavam o pobre bêbado; o anarquista desencadeou uma campanha contra o alcoolismo. Eis como se ataca o mal pela raiz.¹⁸

Eis por que um outro crime do P.C. foi atacar as escolas racionalistas, como ocorreu com a 82ª brigada de montanha que proibiu a escola às 115 crianças da coletividade de Ademuz (julho de 1937).

A organização e a orientação dadas pelas centrais chocavam-se fortemente contra a mentalidade dos coletivistas. Além disso, a guerra era o grande pretexto que permitia exigir e fazer calar:

E que ninguém pense agora em aumentos de salário ou em redução de jornada. O dever de todos os trabalhadores, sobretudo daqueles da C.N.T., é sacrificar-se, trabalhar tanto quanto for necessário. (Novembro de 1937)

A primeira grande crítica foi aquela dos camponeses:

Os operários da indústria foram favorecidos economicamente, mesmo quando eles não fazem nada; em contrapartida, os camponeses não foram minimamente ajudados, quando foram eles que, na realidade, trabalharam todas as horas possíveis. (Março de 1937)

Nem o comitê regional, nem qualquer pessoa explicou o que é a municipalização; e como ninguém a explicou, os camponeses não sabem a que fixar-se. [...] O mesmo ocorreu quando se tratou da constituição dos conselhos municipais: não nos explicaram seu "papel"; a mesma coisa em relação aos sindicatos agrícolas. (Março de 1937)

O neocapitalismo denunciado em nível das empresas apareceu igualmente nos coletivos agrícolas e nos comitês:

[O grupo da F.A.I. da coletividade de Villena:] Vemos que o comerciante individual desapareceu e que demos origem ao comerciante coletivo. Vemos que uma aldeia tenta enganar uma outra em relação à mercadoria, e é lamentável. (Abril de 1937)

Esteban, do comitê regional do Levante, faz coro às declarações de Gadea e diz que se criou nas aldeias um espírito egoísta muito lamentável. As aldeias levam seus produtos à federação quando eles não podem vendê-los à burguesia ou ao Estado. Eles devem quatro milhões à federação. Se não resolvermos isso, iremos à ruína e à desorganização. (Setembro de 1937)

Esse desvio não explica, contudo, o autoritarismo econômico que surgiu com a criação da Federação nacional camponesa:

Seus acordos são obrigatórios para todos os seus membros e filiados. (Artigo 14)

[As coletividades e organismos camponeses] serão subordinados aos acordos nacionais da Federação nacional camponesa e de seu secretariado geral para o que concerne a um melhor rendimento das culturas, para evitar a propa-

gação ou o surgimento de doenças nos campos, e para a transformação ou a substituição das culturas que não se deve continuar de um ponto de vista econômico.

A partir de fins de 1937, uma campanha anticoletividades desenvolve-se no sentido que

a coletividade não deve e não pode ser outra coisa senão o órgão econômico da revolução e da nova sociedade que dela decorre, e cujo órgão econômico nasceu no sindicato; o sindicato, emanado da coletividade, tem o dever de zelar por ela a fim de que os princípios revolucionários que a apoiam não sejam transgredidos. (Andaluzia, outubro de 1937)

Com ou sem violência, as coletividades devem depender do sindicato, que dá a verdadeira concepção do regime de propriedade que deve prevalecer. (Juan López, 1938)

Evidentemente, houve casos em que a greve — a arma natural dos explorados — foi a solução:

Os carpinteiros declararam-se em greve porque não estão de acordo com a administração da coletividade. O comitê do ramo da madeira C.N.T.-U.G.T. diz que, face ao fato repugnante de cessação de trabalho por todos os operários desse ramo sem razão válida nem pré-aviso de qualquer tipo, além de condenar o ato em si, pensa que essa manobra só pode ter sido elaborada por elementos dissimulados, fascistas e inconscientes.¹⁹

No dia seguinte, Comorera publicou o decreto de confisco [dos espetáculos] e nossa resposta foi a greve geral da categoria dos trabalhadores interessados. [...] A grande maioria dos camaradas estava de acordo para recusar o confisco [... e propunha] consultar o comitê executivo criado

pela organização da Catalunha. Esse organismo, presidido por García Oliver, respondeu-nos que, tendo em vista as circunstâncias, devíamos aceitar o confisco.²⁰

Tanta autoridade contrastava com a passividade em relação à sabotagem, à proibição do CLUEA e à destruição pela força do conselho de Aragão. É sem dúvida a razão pela qual não houve verdadeiras sanções, porquanto um ano depois ainda debatiam medidas a adotar em relação aos sindicatos e às coletividades que não seguiam os acordos nacionais (outubro de 1938).

Embora os comitês equivocassem-se ou adotassem decretos demasiado tarde (assim, o conselho de Aragão ocupava-se de estatísticas em junho de 1937, segundo seu boletim), eles adotavam medidas indispensáveis como a unificação da contabilidade no Levante. Mas parece que, à parte algumas exceções como Alcora, Graus etc., os coletivos encerravam-se em sua atividade, sem responder às circulares oficiais:

A revolução triunfará pela estatística. (Novembro de 1936)

É preciso que os camponeses compreendam o alcance das estatísticas, pois não se pode aconselhar fazer vendas, compras e trocas sem controle. (Abril de 1937)

O valor das estatísticas na agricultura. (Outubro de 1938)

Seção de estatísticas: circular. As coletividades não respondem como deveriam. (Janeiro de 1939)

Parece que a U.G.T. conheceu tantos problemas quantos a C.N.T., como sobressai de uma circular de Bajo Llobregat, sem dúvida por volta de fevereiro-março de 1938: "Caros camaradas, como fora anunciado, o pleno dos sindicatos de nossa re-

gião realizou-se. Foi necessário suspendê-lo em 26 do mês passado tendo em vista a ausência de assistência da maioria dos sindicatos que compõem essa federação comunal, e foi adiado ao dia 2 deste mês, e mais uma vez faltou um bom número de sindicatos [...]. É vergonhoso constatar que, tendo em vista o tempo transcorrido, 80% da região ainda não tenham cumprido uma obrigação tão necessária para o bom andamento do comitê."

De todo modo, a dificuldade para coletar estatísticas não explica a incapacidade de cada central e do próprio governo republicano para dar números globais quanto ao número de coletividades nos diferentes setores da economia e dos coletivistas e sua família. Entretanto, houve enquetes, mas parece que ninguém publicou seus resultados.

Quais problemas colocavam-se às coletividades? Começaremos por um problema menor: aquele das viagens, das saídas das coletividades, porque foi falsificado por um jornalista católico belga muito influenciado pela propaganda do P.C. (coletivista era geralmente o caso dos intelectuais limitados). Émile Hambresin escreveu a propósito de uma mulher enferma que ela não havia recebido a autorização de sair da coletividade de Membrilla para ir a Ciudad Real.

Pode-se, por esse exemplo, dar-se conta da intolerável ditadura exercida pelos comitês. Os mínimos atos da vida estavam submetidos a seu controle. Muitos camponeses estimaram que a nova ditadura anarquista era tão insuportável quanto a antiga ditadura feudal.²¹

Observações: Hambresin informou-se sobre este fato em fontes anarquistas, mas sem citá-las, e enganando-se de coletividade! Com efeito, Souchy relata que, na coletividade de Albalate de Cinca, uma mulher queria viajar para Lérida para consultar um médico especialista e que o comitê exigia que ela

tivesse um certificado do médico do coletivo, alegando que as pessoas geralmente abusavam das permissões de saída. Souchy concluía escrevendo que a opinião do médico teria resolvido o problema.

Ora, em Membrilla ocorreu precisamente o contrário; o narrador escreve que uma mulher pediu a permissão para consultar um especialista na cidade,

e sem tergiversações burocráticas ela recebeu imediatamente o valor de sua viagem.²²

Além disso, Kaminski conta, em relação a Alcora, que se podia viajar sem dificuldades. Em abril de 1937, houve uma circular da federação regional do Aragão solicitando que cada coletivista que troca de coletivo tivesse uma autorização, para evitar os conflitos. *Campo Libre*, descrevendo a coletividade de Villas Viejas, precisava que as viagens consideradas como úteis eram reembolsadas e as outras deviam ser pagas.

Esse detalhe falsificado demonstra uma vez mais a oposição deliberada à autogestão.

O problema fundamental, pedra de toque, de todos os incidentes, foi aquele dos pequenos proprietários. É evidente que o P.C. provocou conflitos, mas a autogestão, como forma econômica, propunha-se e propõe-se a eliminar a pequena propriedade. É importante, por consequência, evitar as generalizações que complicariam ou simplificariam o problema, já falseado em demasia pelo leninismo, com sua teoria segundo a qual os camponeses querem de início a terra individualmente, depois aceitariam a cooperação.

Uma primeira constatação é que, bem amiúde, os coletivistas eram pequenos proprietários que reuniam suas terras. Mas eles formavam uma minoria que os outros camponeses seguiram inicialmente por entusiasmo ou por pressão e oportunismo. Foi uma primeira etapa que vai, grosso modo, até 1937.

A partir de 1937, tendo em vista a atitude dos republicanos e do P.C., tendo em vista as leis igualmente, já não é obrigatório seguir a minoria coletivista. Constatamos que surgem conflitos (Vilanesa, la Fatarella, Cullera), mas não só os coletivos mantêm-se como também multiplicam-se em Castela, em Santander e no Levante.

Portanto, a autogestão foi uma realidade aceita e adaptada. O próprio fato segundo o qual o governo de Madri e o P.C. recorreram a um general para destruir a coletivização em Aragão é demonstrativo da profunda raiz da coletivização. Uma outra prova é constituída pelos livros das sessões das coletividades: entre aqueles consultados em Salamanca, temos entradas tardias, progressivas, o que demonstra que, com a reflexão, a experiência, os camponeses foram convencidos:

– La Torre (Valência), formada em 17 de setembro de 1937, recebeu novos membros em 14 de outubro, em 2 e 22 de dezembro de 1937, em 20 e 27 de janeiro de 1938;

– Villacanas (Toledo), formada pela C.N.T. e pela U.G.T. em 25 de abril de 1937, teve uma entrada em 26 de dezembro de 1938;

– Campo Leal (Ciudad Real) teve uma entrada em 26 de janeiro de 1939.

Acusaram as coletividades de não ceder as terras dos ex-coletivistas que queriam retornar à vida individual. Segundo os documentos consultados, parece que, ao contrário, houve uma liberdade vasta e total. Todavia, a U.G.T. de Alicante, em seu congresso de fevereiro de 1938, tomou a decisão de não ceder

nada das terras coletivizadas aos descontentes que querem ir embora por uma razão não reconhecida pela coletividade.

De fato, segundo a documentação do P.C. de Aragão, fica demonstrado que eram aqueles que partiam das coletividades que abusavam, retirando mais do que haviam entregado.

Outro grave problema foi aquele dos conflitos entre as coletividades. Os conflitos diretos foram aqueles de Albalate del Luchador, já citado, e um outro, inventado no exílio, segundo parece:

Se Balsareny e Ascó houvessem realizado inteiramente seus projetos hidráulicos [...], isso podia conduzir a um enorme conflito na disputa do líquido branco.

Os conflitos indiretos foram — de acordo com a nossa opinião — a oposição de Aragão com a Catalunha em relação à eletricidade e à organização econômica:

Não recebemos nem da Catalunha nem de outras regiões o calor do qual necessitávamos. (Fevereiro de 1937)

E, enfim, várias coletividades conservavam com o Estado laços comerciais em vez de passar pela comercialização sindical (conforme vimos). A mesma constatação foi feita em um pleno nacional da indústria têxtil (novembro de 1938).

Enfim, os abusos econômicos entre coletividades e os conflitos de poder no coletivo tiveram sua importância. Não devemos esquecer, de início, que todos os coletivos não são perfeitos — como em Liria. Há *confusionismo* em Teresa de Co-frentes, *uma caricatura de coletividade* em Corral de Almaguer — Toledo —, mas no conjunto a crítica é rara nesse campo.

O problema do abuso de poder por parte do comitê da coletividade ter-se-ia apresentado com o passar do tempo e ele já aparece nos próprios estatutos:

Os acordos adotados pelo conselho de administração serão obrigatórios para os cooperadores; o conselho será eleito para quatro anos e será renovado (para a metade em dezembro de 1939 e para a outra em dezembro de 1944). (Impresso e disseminado na província de Castellón) A.S.

Em Castela, na Andaluzia ou em Aragão, esses direitos ditatoriais do comitê não existiam.

As sanções que aparecem nos livros de sessões são compreensíveis (alcoolismo, *imprudência contra um camarada*) ou francamente inquietantes:

Está aprovado sancionar em uma peseta [o salário de um dia de trabalho devia ser 5 ou 6 pesetas] todo coletivista que faltar às assembleias semanais; por seu modo de comportar-se em relação ao conselho nesta reunião [...], expulso como indesejável.

Mas seria necessário ter uma amostragem maior.

Erros provisórios por causa da guerra? "Comitecracia" inevitável? Não se pode afirmar nada; eles existiram e foram combatidos, em um âmbito econômico indiscutivelmente mais justo, mais rico.

Notas:

¹ "Federación de la industria textil catalana", material de estudos, início de 1931.

² Peirats, *Examen crítico-constructivo del movimiento libertario español*, p. 90, in *Combat Syndicaliste*, 15 de outubro de 1964.

³ SO, 27 de setembro de 1936, p. 1.

⁴ *Fragua Social (FS)*, 10 de dezembro de 1936, p. 1.

⁵ SO, 2 de fevereiro de 1938, p. 3.

⁶ A alusão à União Soviética como modelo econômico é característica do reformismo e da politização às custas dos trabalhadores, e de uma ilusão sobre a eficácia de uma gestão piramidal, estúpida em um libertário.

⁷ *Memoria del pleno nacional del Agua, Gas, C.N.T.*, setembro de 1937, p. 39.

⁸ O emprego desse termo justifica compromissos, como Salvador Seguí em 1919, Pestaña em 1934.

⁹ *Cuestiones del leninismo*, Moscou, 1947, texto de 1931.

¹⁰ Nelson P. Valdès: "Burocracia y socialismo em Cuba", revista *Aportes*, Paris, janeiro de 1972, p. 51.

¹¹ SO, 5 de agosto de 1936. "Cuál ha de ser la actitud de la FAI en el momento presente."

¹² SO, 17 de janeiro de 1937, p. 3, "Necesitamos saber lo que hacemos".

¹³ Observação de um membro da U.G.T., *Boletín interior*, novembro de 1937, n. 21-22.

¹⁴ Leval, *L'attività sindacale nelle trasformazione sociale*, Milão, 1948, pp. 36-40.

¹⁵ SO, 11 de julho de 1936, "Intervencionismo estatal equivale a fascismo".

¹⁶ *¿Se sostendrán los bolcheviques en el poder?*, setembro de 1917, citado em: Adler, *Consejos obreros y revolución*, México, Grijalbo, 1972, p. 127.

¹⁷ Edito de 1492 abolido por Franco em 1968, e que tornou a ser abolido por Juan Carlos em 1992. Vázquez, assim como Franco e Juan Carlos, sentia-se solidário com os reis católicos!

¹⁸ Candel, F., *Ser obrero no es ninguna ganga*, Barcelona, Ariel, 1968, pp. 72-73.

¹⁹ Tarrassa, 1^o de novembro de 1937, citado por Ragon, *Terrassa 1936-1939. Tres anys difícils de guerra civil*, Terrassa, Patronat de la fundació Soler i Polet, 1972, p. 248.

²⁰ Richards, *Enseignement de la révolution espagnole*, Paris, 10-18, pp. 337-338, reedição Acratie, 1997, pp. 191-192.

²¹ *Esprit*, fevereiro de 1938, p. 687.

²² C.N.T.: *Collectivisations, l'oeuvre constructive de la révolution espagnole*, s.l., C.N.T., 1937, p. 164, reedição, 1965.

Resultados da Coletivização: Conclusões e Estimativas Gerais

Antes de tudo é preciso ressaltar que quase todas as informações vêm da C.N.T., embora a U.G.T. tenha tido igualmente tanto ou mais importância em muitas províncias. Nossos cálculos são, por consequência, provisórios e mínimos.

Em seguida, devemos observar a grande ausência de números concernentes ao conjunto da autogestão industrial, notadamente a indústria de guerra.

Apesar de tudo, podemos ordenar nossos dados:

Andaluzia: O número mínimo de coletividades é de 120 e o máximo de 300, o que dá uma média de 210 coletividades com 300 pessoas em cada uma, teríamos 63.000 pessoas.

Aragão: O número de 450 coletividades com 300.000 habitantes é aceitável. Além disso, a U.G.T. tinha certa força, com 31 coletivos em Huesca.

Santander: Os números citados, ainda que mínimos, podem ser considerados: uma centena de coletivos e 13.000 pessoas. Para as Astúrias, nada temos.

Catalunha: Houve no mínimo 297 coletividades agrícolas e no máximo 400. Se considerarmos 350 com 200 pessoas em média, temos 70.000 membros. Para a autogestão industrial, tendo em vista a lei, o conjunto dos operários era concernido, mas o desemprego era importante. Considerando 80% dos 700.000 operários que havia na província, teríamos 560.000 pessoas, isto é, com a família, no mínimo 1.020.000.

Centro: 240 coletivos agrícolas com 22.664 famílias, quer

dizer, um mínimo de 67.992 pessoas; e sem dúvida, o mesmo tanto de coletivos ugetistas e de membros. Haveria, assim, aproximadamente 176.000 pessoas implicadas na autogestão agrícola. Numerosas coletividades industriais existiam na capital e em certas cidades; um mínimo de 30.000 pessoas parece lógico.

Estremadura: O número de 30 coletivos com 200 pessoas, ou seja, 6.000, deve ser o máximo para a C.N.T. e a U.G.T.

Levante: Nossa estimativa atual é de 503 coletivos no mínimo na agricultura, abrangendo 130.000 pessoas. Na indústria, o número mínimo e hipotético de 30.000, como no Centro, parece razoável.

Total: 758.000 pessoas na agricultura e 1.080.000 na indústria, o que nos dá, por consequência, 1.838.000 pessoas, número mínimo.

Essa estimativa corrige aquela que publicamos em 1970 (440.000 e 3.200.000) e corresponde àquela outra de V. Richards¹ (1.500.000), mas se opõe radicalmente às de G. Leval, três milhões (1952) e, em seguida, seis, sete, oito milhões. O método de cálculo empregado é o seguinte: demonstrar a eficácia econômica implica apresentar fatos, resultados; seu impacto imediato concerne às famílias dos assalariados e dos intervinientes (benévolos ou não). A fim de evitar todo triunfalismo, escolhi definir a família de cada um como equivalente a quatro pessoas, daí a multiplicação por três. Uma outra visão, mais aberta, poderia ampliar a família espanhola dos anos 30 aos filhos, aos ascendentes e alguns agregados, quer dizer, seis ou sete pessoas, o que em tempo de guerra (penúria, refugiados) é possível. Talvez seja o que explica a visão de Leval².

Notas:

¹ Richards, *op. cit.*, p. 196.

² Leval, *L'Espagne Libertaire*, Paris, Tête de Feuilles, 1972, p. 12.

I

Surgimento da autogestão em Barcelona e primeiros paradoxos

Na hora grave que atravessamos, impõe-se que cada um observe exclusivamente as instruções gerais deste comitê.

Há um inimigo comum muito [ilegível], o fascismo. É contra ele que nós nos opomos; é contra ele que lutamos; é ele que devemos esmagar. É isso, nem mais nem menos.

Ao mesmo tempo, conscientes de nossa responsabilidade, decidimos que todos os serviços indispensáveis de abastecimento funcionem, bem como as comunicações, a fim de que não faltem os alimentos necessários ao povo e que as relações, comunicações, comércio, abastecimento indispensáveis não sejam interrompidos.

Comitê regional de Barcelona, 20 de julho de 1936.

Nota: nesta manhã, demos pela rádio a ordem de retomar o trabalho aos padeiros, leiteiros, empregados dos mercados etc., a fim de que não faltem os gêneros alimentícios mais indispensáveis. [...]

Esse documento afirmava, portanto, o retorno a uma economia quase normal, o que diferia das tentativas anteriores do comunismo libertário a qualquer preço. De resto, um ano depois, o mesmo porta-voz declarava:

[A C.N.T.-F.A.I.] não se deixou impressionar pela ambiência e não se embriagará com a vitória rápida, absoluta, decisiva que ela havia obtido. E, no meio dessa dominação total da situação, os militantes examinavam o panorama e proclamavam: conquista das localidades ocupadas pelo

fascismo. Não há comunismo libertário. De início, vencer o inimigo lá onde ele se encontra.¹

Isso significava, talvez, que a tendência antitrintista havia sido eliminada, após a reunificação do congresso de Saragoça, em proveito de uma tendência que se propunha os mesmos objetivos a longo prazo: aliança e consolidação das conquistas libertárias, mas seguindo uma linha tática com as forças políticas no momento presente. Logo duas ordens desenharam-se:

- “retorno ao trabalho”²
- “contra as pilhagens”.³

No mesmo momento, começaram duas campanhas:

– **Aliança** com as outras tendências políticas contra os militares, malgrado os rancores que mencionamos e que ainda duravam.

– **Respeito pelos bens estrangeiros e perigo de intervenção** no caso de esse respeito não ser observado. Essa intervenção parece não ter tido consequência senão sobre os bens britânicos visto que Nestlé (suíça) e a companhia de adubos Cros (belga) foram coletivizadas rapidamente e até ao final da guerra.⁴

Após essa exposição da atitude do comitê regional, vejamos qual foi a aplicação dessas ordens. A C.N.T.-F.A.I., logo após ter vencido os militares em Barcelona, decidiu organizar milícias para liberar Saragoça. Com esse objetivo, os sindicatos apoderaram-se de todos os setores vitais da economia: metalurgia, transportes, fontes de energia, comunicação, comércio, abastecimento.

Metalurgia.

Solidaridad Obrera de 22 de julho anunciava na página 2 que o sindicato único da metalurgia convidava os militantes das *seções de caldeireiros e soldadores* para apoderar-se dos cen-

tros de produção para a blindagem dos caminhões e outros trabalhos necessários.

Um jornalista do *Boletín de información C.N.T.-F.A.I.* constatava em 12 de agosto:

Nas empresas metalúrgicas, e como resultado dos acontecimentos de julho, surgiram duas novas formas de administração. Uma implica a direção operária sem qualquer tipo de restrições, pela posse. A outra representa uma forma de administração burguesa muito atenuada, pelo controle dos comitês operários de fábrica.

Como exemplo de tomada de posse, temos a Casa Torras que empregava 500 trabalhadores e que, em quinze dias a partir do retorno ao trabalho, em 20 de julho, blindou seis caminhões; como exemplo de controle operário, há várias fábricas, o que permite pensar que era a forma mais disseminada.

A S. A. Barret, com 2.000 operários, não foi confiscada porque

o consulado belga fez-nos ressaltar que a empresa é constituída por 80% do capital do país que ele representa.

Deduz-se de sua descrição que ela não era utilizável para a blindagem.

Na Casa Girona — 1.500 trabalhadores —, de fim de julho a 6 de agosto, quatro caminhões blindados foram fabricados; na Casa Vulcano, 520 operários, com um comitê misto C.N.T.-U.G.T., blindavam caminhões e faziam a *jornada ininterrupta*.

É preciso explicar que a Generalitat, com objetivos demagógicos evidentes, havia decretado a semana de quarenta horas e um aumento de 15% dos salários. A C.N.T. protestou contra essa diminuição das horas de trabalho em tempo de guerra

e o aumento dos salários em um momento de dificuldades econômicas. É evidente que entre essas duas tendências, um certo número de trabalhadores e coletivos escolheu o mínimo esforço, reforçado pela impressão muito lógica de que a guerra era só uma questão de semanas, porquanto em dois dias o golpe de Estado de direita havia fracassado na metade da Espanha.

Entretanto, nas fábricas mencionadas, aplicava-se geralmente as medidas da Generalitat.

Na Casa Vulcano, bem como na Maquinaria terrestre e marítima, a U.G.T. participava no comitê. Da documentação consultada sobressai que a C.N.T. tomava as iniciativas e que a U.G.T. ajudava após certo tempo.



Transporte.

Na Catalunha, havia três companhias ferroviárias: a rede Madri-Saragoça-Alicante (MZA), a rede do Norte e as ferrovias catalãs.

– Companhia MZA: a empresa era deficitária em 1936, mas a causa devia-se aos salários muito elevados dos diretores. Ela foi confiscada pela U.G.T. e pela C.N.T. Com a divisão da Espanha pela guerra, o tráfego diminuiu em 70%. Houve um nivelamento dos salários e uma redução das tarifas dos viajantes.

– Ferrovias do Norte: um subdiretor recebia ao menos 41.000 pesetas por ano, e um ferroviário, 5,50 pesetas por dia (aproximadamente 1.650 por ano); um operário da indústria, segundo diversas fontes, recebia de 10 a 12 pesetas por dia (3.000 a 3.200 por ano).

– Ferrovias catalãs: havia lucros e o mesmo fenômeno de salários elevados pelos diretores.

Nessas condições, uma unificação interna das três companhias era necessária, sobretudo em tempo de guerra.

Em um artigo de fim de agosto de 1936 de *Solidaridad Obrera*: “A futura estrutura das ferrovias”, projetava-se a eletrificação das ferrovias espanholas, o que hoje acontece lentamente.

Os transportes de Barcelona apresentavam características semelhantes. Instaurou-se a igualização dos salários. A redução dos horários a fim de dar trabalho aos desempregados, a concessão de pensões aos aposentados.

Fontes de energia.

Nos primeiros dias, a gasolina era distribuída gratuitamente. Foi só a partir de meado agosto que ela foi vendida e racionada. Parece-nos extraordinário que se possa unificar as ferrovias permitindo desperdiçar a gasolina. Uma explicação plausível parece-nos ser as diferenças de capacidades entre sindicalistas.

As companhias de águas, gás, eletricidade foram confiscadas pelos sindicatos em fins de julho.

Comunicações.

A central telefônica, empresa norte-americana Bell, era controlada pela C.N.T.-U.G.T. Esse fato tornou-se um pretexto político em maio de 1937 para a intervenção armada da polícia catalã, com o apoio do Partido Comunista.

Comércio.

Grandes lojas como El Siglo e El Aguilar foram confiscadas. Salões de beleza foram coletivizados meado agosto.

Abastecimento.

A cervejaria Damm, 610 operários, reorganizou sua escala de salários reduzindo os mais elevados e pagando 70 pesetas de aposentadoria em vez de 35.

Um comitê operário procedeu à reabertura de uma fábrica de massas alimentares fechada por causa de falência.

O ponto nevrálgico de Barcelona, e ao mesmo tempo uma das melhores realizações, foi aquela do mercado coberto de Borne.

Espectáculos públicos.

Logo após o *putsch*, os trabalhadores desse ramo reuniram-se (músicos, atores, maquinistas etc.) e decidiram entrar na C.N.T. Eles criaram o sindicato do espetáculo e resolveram o problema do desemprego (500 músicos sobre 1.500), do favoritismo, dos salários. Rodolfo González Pacheco fez com que fossem encenadas obras e inúmeros documentários cinematográficos foram feitos sobre a guerra e a autogestão.

Essas breves descrições não permitem resolver o problema da espontaneidade ou não do conjunto da autogestão. A cro-

nologia é uma possibilidade de juízo, pois se inúmeras empresas do ramo aparecem em datas próximas, podemos deduzir disso que houve uma ordem de cima e sua aplicação na base. Se, ao contrário, não temos visão ordenada, é que, em cada fábrica ou oficina, discutimos, esperamos, hesitamos para chegar a um acordo.

A cronologia apresenta duas etapas: o período de ausência de poder legal até 8 de agosto, que abre o restabelecimento da Generalitat com uma série de decretos de confiscos de empresas, o que, por consequência, confirmava a ação dos comitês na base.

<i>Dias e mês</i>	<i>Empresas</i>
19 de julho	Tramways, Móveis.
20	Casa Torras, Casa Girona, Metales y Platerías Ribera, Hispano-Suiza, Maquinaria terrestre y marítima, Casa Vulcano, Ferrovia do Norte, loja El Siglo.
21	MZA.
22	Metrô.
23	Espectáculo públicos.
24	Ferrovias catalãs.
25	Transatlántica, águas.
27	Casa Xalmet.
28-31	Luz y Fuerza, organização sanitária.
1º de agosto	Caldeiraria industrial García García.
2	Librer.
3	Publicidade Gabernet.
6	Sociedade geral espanhola de livraria, Editorial Escampa-unión.
7	Publicitas, Construcciones metálicas Field.

Dois ramos profissionais: "Móveis" e "Espetáculos" que reagrupam de fato mais de uma centena de oficinas e de locais de trabalho. Tem-se também 24 empresas: 9 para a metalurgia, 6 para o transporte e 11 para os serviços, em setores muito diferentes e em momentos muito escalonados. Para a casa García, o patrão ofereceu sua empresa aos trabalhadores. Para o período ulterior, ter-se-ia podido pensar que os confiscos iam-se multiplicar. Na realidade, eles foram progressivos e, inclusive, lentos.

Setor metalúrgico e automobilístico.

De 11 a 31 de agosto, 11 casos com o ato de confisco do comitê de controle: 6 para a C.N.T., 1 para a U.G.T., 3 para a C.N.T.-U.G.T., 1 indeterminado. Em setembro, 23 casos: 8 para a C.N.T., 8 para a C.N.T.-U.G.T., 7 indeterminados. Sobre esses 34 casos, temos 14 comitês C.N.T., 1 U.G.T., 11 C.N.T.-U.G.T., 8 indeterminados. Em 9 casos, a razão evocada é a ausência do patrão, o que corresponde a 6 comitês C.N.T. e 3 C.N.T.-U.G.T. Em 8 casos, o patrão fez uma doação voluntária a seus operários (2 comitês C.N.T. e 6 sem filiação política).

Em vários casos, as empresas localizavam-se na mesma rua, mas as atitudes não foram semelhantes. Rua Pedro IV nos números 6, 172 e 295: confisco em 27 de julho C.N.T., em 1º de setembro C.N.T.-U.G.T., em 15 de setembro indeterminado. Mesmo fenômeno na rua Corts nos números 419, 533, 570 e 674, temos em 28 de agosto C.N.T., em agosto U.G.T., em 10 de setembro C.N.T.-U.G.T. e em 28 de setembro C.N.T.-U.G.T.

Setor da indústria de vestuário.

Atos sem data, 15 casos que se repartem assim: 3 C.N.T., 11 C.N.T.-U.G.T., 1 C.N.T.-U.G.T. e uma outra organização. Mês de agosto: 11 casos a partir de 12: 5 C.N.T., 3 C.N.T.-U.G.T., 1 C.N.T. e uma outra organização, 2 indeterminados.

Setembro: 19 casos: 2 C.N.T., 17 C.N.T.-U.G.T. Assim, sobre 45 atos, há 31 comitês C.N.T.-U.G.T. e 10 C.N.T.

Em 3 casos, os patrões oferecem suas empresas ou participam da coletivização. Observamos, como na indústria, diferenças numa mesma rua (rua Ronda de San Pedro): 5 casos C.N.T.-U.G.T.; em agosto, 20 de setembro, 8 e 13 de outubro; Trafalgar, nº 6, 15, 36 e 80, um comitê C.N.T. e 3 C.N.T.-U.G.T., em 31 de agosto, 7, 9 e 14 setembro.

Setor das edições e das papelarias.

Agosto, 29 casos a partir do dia 13: 21 U.G.T., 7 C.N.T.-U.G.T., 1 C.N.T.-U.G.T.-P.O.U.M. Setembro, 39 casos, a maioria na primeira quinzena: 32 U.G.T., 7 C.N.T.-U.G.T. Por consequência, sobre 68 casos, a U.G.T. domina com 53 comitês, contra 14 C.N.T.-U.G.T. e 1 com a C.N.T. e o P.O.U.M.

A dominação da U.G.T. não apaga as tendências precedentes. Para os patrões, há um caso em que um patrão torna-se *diretor técnico*; para as ruas: Ronda Universidad, 2 casos em 21 de agosto, 1 caso em 26, 1 caso em 1^a de setembro — todos os três U.G.T. —, e em 22 de agosto, 1 caso C.N.T.-U.G.T.

Se a ausência de fio diretor é evidente, em contrapartida, a qualificação de doação voluntária do patronato não deixa de ser suspeita. O medo e o oportunismo tiveram de desempenhar um grande papel. Entretanto, é preciso ressaltar a atitude da Federação dos patrões cabeleireiros e barbeiros de Barcelona e das cidades limítrofes, que contactou o sindicato único dos operários cabeleireiros C.N.T. em 9 de agosto para discutir a coletivização. Em seguida, no dia 11, houve uma assembleia especial dos patrões sobre a coletivização:

Após um breve debate e algumas explicações, procedeu-se ao voto, a integralidade do documento sendo aprovada por unanimidade sem qualquer reserva e por aclamação. Ao

mesmo tempo, foi decidido que, na entrada em vigor da coletivização, as associações patronais serão dissolvidas e seus membros passarão *ipso facto* ao sindicato único dos cableiros de Barcelona e das cercanias, com todos os direitos e os deveres concernentes a ele.

Em 14 de setembro, a coletivização dessa indústria era oficialmente decretada e os bens da federação patronal e de uma mutualidade de acidentes eram incorporadas a ela.

Deduzimos dessa enumeração que a C.N.T., com a U.G.T.⁵, apoderaram-se dos pontos nevrálgicos da economia barcelonesa, o que confirma as decisões tomadas pelo comitê regional.

Qual foi o efeito político dessas medidas?

Aproximadamente nulo segundo as declarações ulteriores de membros da U.G.T. e da C.N.T.⁶ E, na prática, não houve aprofundamento econômico entre os diferentes organismos autogestionários e entre estes e a Generalitat da Catalunha.

Notas:

¹ M. Vázquez, secretário do comitê regional da Catalunha, depois do comitê nacional da C.N.T., em *De Julio a Julio, un año de lucha*, Barcelona, 1937, pp. 207-208 (reprodução do número especial de *Fragua Social* de Valência de 19/7/1937).

² *Boletín de información CNT-FAI (BI)*, 24-7-36; *SO*, 25-7-36, pp. 2 e 4; 26-7-36, 28-7-1936, p. 4; 28-7-36, p. 4; 31-7-36, p. 8.

³ Por rádio, 25 de julho de 1936 (ver Peirats, *op. cit.*) "Autos réquisitionnés qui doivent être rendues" (*SO*, 26 de julho, p. 3); "Nossos camaradas, condenados pelo *hold-up* da Escocesa, entregaram ao governo da Generalitat

o montante das somas requisitadas nas igrejas e na catedral de Vich.” (BI, 28 de julho de 1936); “Fuzilaremos todo indivíduo que ficar provado que cometeu atos contra o direito das pessoas.” (BI, 29-7-1936; SO, 30-7-1936).⁴ “Les bateaux de guerre étrangers près de Barcelone.” (BI, 26 de julho de 1936). “O cônsul inglês dirige-se ao comitê regional... [Um funcionário] estabeleceu a lista de todas as casas inglesas em Barcelona e, em nome do cônsul, pediu que ele interviesse [...] para que essas casas não sejam nem confiscadas nem requisitadas. O secretário agradeceu ao enviado, pois o desejo do comitê regional é também que se respeite todas as casas estrangeiras.” (BI, 27 de julho de 1936, p. 1)

⁵ A U.G.T. participava mas não tomava, em geral, a iniciativa.

⁶ *Pleno Nacional del Transporte* (U.G.T.), Valência, janeiro de 1937; Abad de Santillán, *Por qué perdimos la guerra*, 1939, pp. 68-69.